

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Em seu **Caderno de Provas**, caso haja item(ns) que avalie(m) **conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVAS OBJETIVAS --

-- CONHECIMENTOS BÁSICOS --

LÍNGUA PORTUGUESA

Em um mundo cada vez mais acelerado e hiperconectado, que recompensa o imediatismo, a cultura da urgência obscurece a linha entre o que é realmente importante e o que não é. No trabalho, a cultura da urgência pode envolver lidar com solicitações frequentes de última hora, prazos ou carga de trabalho irrealistas e estimular a expectativa de que se esteja disponível mesmo depois do expediente. Na vida pessoal, as manifestações da cultura da urgência incluem estender-se demais nos relacionamentos, verificar com frequência as atualizações das mídias sociais, por medo de perder alguma coisa, e responder imediatamente a chamadas e mensagens de texto, mesmo quando isso for inconveniente.

Fazer parte da cultura do “sempre ligado” muitas vezes exige a realização de várias tarefas. No entanto, pesquisas mostram que o cérebro humano não tem a arquitetura neurocognitiva para realizar duas ou mais tarefas simultaneamente. Portanto, toda vez que realizamos uma multitarefa, o cérebro fica mais lento e sua produtividade pode ser reduzida em até 40%.

Além disso, “a atração pela distração que impulsiona a maioria das multitarefas pode ser difícil de ser desligada”, afirma a neurocientista Friederike Fabritius. “Como resultado, você pode achar difícil se concentrar mesmo quando não está realizando multitarefas”, ela diz.

Enquanto isso, a superestimulação constante — um contribuinte significativo para a cultura da urgência — dessensibiliza o sistema de dopamina. Em resumo, “quanto mais superestimulada uma pessoa estiver, menos alegria poderá sentir”, diz Fabritius.

A superestimulação constante também impede o pensamento reflexivo. Quando o cérebro está sobrecarregado pela necessidade constante de processar informações e tomar decisões rapidamente, ele geralmente recorre ao pensamento superficial. Isso compromete sua capacidade de se envolver em um trabalho profundo que exija longos períodos de concentração sem distrações.

Por fim, a cultura da urgência, com o passar do tempo, também pode ser prejudicial à saúde física, contribuindo para hipertensão, privação do sono, colesterol alto e distúrbios inflamatórios.

A respeito das ideias veiculadas no texto apresentado e de seus aspectos linguísticos, julgue os itens a seguir.

- 1 A expressão “Por fim”, no início do último parágrafo, introduz uma conclusão.
- 2 O trecho ‘a atração pela distração que impulsiona a maioria das multitarefas pode ser difícil de ser desligada’ (primeiro período do terceiro parágrafo) poderia ser reescrito, sem prejuízo das ideias originais e da correção gramatical do texto, da seguinte forma: **a atração pela distração impulsionada pela maioria das multitarefas podem ser difíceis de desligar**.
- 3 O tema central do texto é a chamada “cultura da urgência”, cuja definição é apresentada no primeiro período do texto e cujas manifestações são exemplificadas nos períodos subsequentes.
- 4 No texto, são expostos efeitos da cultura da urgência, mas não se observa um posicionamento explícito quanto à necessidade de combatê-la.
- 5 De acordo com o texto, a superestimulação constante concorre para a cultura da urgência.
- 6 Conclui-se do texto que a cultura da urgência se manifesta de forma mais frequente na vida pessoal do que no ambiente de trabalho.
- 7 Seria coerente com as ideias do texto a substituição da palavra ‘ligado’ (primeiro período do segundo parágrafo) pela expressão **a postos**.
- 8 No último período do segundo parágrafo, dado o emprego da primeira pessoa do plural em “realizamos”, entende-se que o referente da forma pronominal “sua” corresponde ao autor do texto e ao leitor.

Em relação à redação oficial e ao uso de linguagem simples no âmbito do Poder Judiciário, julgue os itens que se seguem.

- 9 O **Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples** visa, entre outros objetivos, à adoção de linguagem simples, direta e compreensível a todas as pessoas nas decisões judiciais, em todos os segmentos da justiça e em todos os graus de jurisdição.
- 10 De acordo com o **Manual de Redação Oficial da Presidência da República**, a redação oficial deve primar, entre outros atributos, pela concisão, pela objetividade, pela formalidade e pelo uso da variedade padrão da língua portuguesa.

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO

No que diz respeito às fontes do direito, às normas jurídicas e às disposições da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), julgue os itens a seguir.

- 11 Nas esferas administrativa, controladora e judicial, é defeso decidir com fundamento em valores jurídicos abstratos sem que as consequências práticas da decisão sejam consideradas.
- 12 Segundo a LINDB, a repristinação tácita é a regra no ordenamento jurídico pátrio.
- 13 O ordenamento jurídico brasileiro é regido pela primazia da lei, razão pela qual os costumes não são considerados uma fonte do direito.
- 14 As regras e os princípios das normas jurídicas não se confundem, já que estes são dotados de mais abstração e flexibilidade que aquelas, as quais, por sua vez, estabelecem padrões específicos e definidos de comportamento.
- 15 A integração da norma jurídica é um método utilizado na hipótese de existência de lacuna normativa, ao passo que a subsunção é a aplicação direta da norma jurídica.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Considerando as disposições da Constituição Federal de 1988 (CF) e a doutrina e jurisprudência correlatas, julgue os itens a seguir.

- 16 As normas constitucionais definidoras dos direitos e deveres individuais e coletivos têm aplicação imediata.
- 17 O princípio da separação dos Poderes, previsto na CF, deve ser interpretado de maneira rígida, obstando-se, sempre que possível, a colaboração entre os Poderes.
- 18 Ainda que não expressamente prevista na CF, a vedação ao nepotismo na administração pública é reconhecida pela jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal (STF).
- 19 Desde que preenchidos os requisitos legais, as funções públicas, tais quais os cargos e empregos públicos, também são acessíveis aos estrangeiros, na forma da lei.
- 20 Quanto à sua classificação, a CF pode ser considerada materialmente constitucional e codificada.

Julgue os itens subsequentes, referentes ao Poder Judiciário.

- 21 Compete ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) julgar e processar os conflitos de competência entre órgãos com jurisdição trabalhista.
- 22 É competência privativa do STF propor a criação de novas varas judiciárias nos âmbitos federal e estadual.
- 23 A promoção de magistrados, de entrância para entrância, obedece, alternadamente, à antiguidade e ao mérito.
- 24 Cabe ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho regular os cursos oficiais para ingresso e promoção na carreira da magistratura do trabalho.
- 25 Os candidatos a ministro do STF são de livre indicação do presidente da República, a quem compete privativamente nomeá-los após aprovação pelo Senado Federal.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Julgue os seguintes itens, acerca de organização administrativa, atos administrativos, poderes administrativos, agentes públicos e licitações.

- 26 A licitação é dispensável no caso de contratação de profissional técnico de notória especialização para compor a comissão de avaliação de critérios de técnica.
- 27 Para efeito dos limites remuneratórios constitucionais, não serão computadas as parcelas de caráter indenizatório expressamente previstas em lei complementar aprovada no âmbito da União, dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios, conforme o caso.
- 28 Ocorre a desconcentração quando um ente federativo distribui o exercício de uma parcela de suas atribuições a outras pessoas, físicas ou jurídicas, de direito público ou de direito privado.
- 29 Define-se como revogação a extinção, com efeitos *ex nunc*, de um ato administrativo legal que se tornou inoportuno ou inconveniente.
- 30 O excesso de poder e o desvio de poder são espécies de abuso de poder que se diferenciam porque, no primeiro, a atuação do agente público é eivada de vício de competência, enquanto, no segundo, há vício de finalidade.

A respeito do processo administrativo federal, consoante a Lei n.º 9.784/1999, ao controle da administração pública, à responsabilidade civil do Estado, ao acesso à informação e ao previsto no Decreto n.º 9.830/2019, julgue os itens a seguir.

- 31 De acordo com o Decreto n.º 9.830/2019, a motivação de uma decisão deve indicar as normas, a interpretação jurídica, a jurisprudência ou a doutrina que a embasaram, razão pela qual a referida motivação não pode ser constituída por declaração de concordância com o conteúdo de notas técnicas ou pareceres.
- 32 A decisão coordenada não é aplicável aos processos administrativos de licitação nem àqueles relacionados ao poder sancionador.
- 33 A tutela ministerial consiste no controle finalístico das entidades da administração pública indireta exercido pelo órgão da administração pública direta a que se subordinam em decorrência do poder hierárquico do ente político que as criou.
- 34 São expressamente vedadas pela Lei de Acesso à Informação quaisquer exigências referentes aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.
- 35 Caso fortuito, força maior e culpa concorrente da vítima são causas excludentes da responsabilidade do Estado.

Espaço livre

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

Julgue os itens seguintes, considerando a Resolução n.º 492/2023 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (Decreto n.º 4.377/2002), o controle de convencionalidade e os direitos humanos na Constituição Federal de 1988 (CF).

- 36** Os tratados e as convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por dois quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- 37** O Comitê de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário é responsável pela elaboração de estudos, análise de cenários, diálogo com os tribunais e proposições concretas para a ampliação da representação feminina, atuando de forma totalmente autônoma e independente do Comitê de Acompanhamento e Capacitação sobre Julgamento com Perspectiva de Gênero, cujas funções não se assemelham às daquele.
- 38** Os Estados-partes da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher devem tomar as medidas apropriadas para a modificação de padrões socioculturais de conduta de homens e mulheres, com vistas a alcançar a eliminação dos preconceitos fundados na ideia de inferioridade ou superioridade de qualquer dos sexos.
- 39** O STF reconheceu que os tratados e as convenções internacionais sobre direitos humanos não aprovados na forma prevista na CF, mas já incorporados ao direito pátrio, têm natureza supralegal.
- 40** O controle de convencionalidade pode ser definido como a confrontação, para fins de compatibilização, entre as normas produzidas no âmbito interno e os tratados e as convenções internacionais sobre direitos humanos que tenham sido incorporados ao direito brasileiro.

NOÇÕES DE GOVERNANÇA PÚBLICA

Acerca de modelos de gestão pública e de ferramentas para o gerenciamento de processos, julgue os itens subsequentes.

- 41** Na administração pública brasileira, três modelos de gestão se destacaram ao longo do tempo: o patrimonialista, o burocrático e o gerencial, que se distingue dos demais por ser caracterizado pela impessoalidade e pelo formalismo.
- 42** As ferramentas utilizadas na gestão de processos visam à garantia da qualidade dos produtos e serviços executados para a satisfação das necessidades do cliente final.
- 43** No setor público, a ferramenta *benchmarking* é utilizada para comparação e aprimoramento baseados na concorrência entre órgãos governamentais, visando-se obter vantagem competitiva e liderança no mercado.
- 44** A metodologia PDCA (*plan-do-check-act*) pode ser utilizada como ferramenta de gestão para definir, implementar e controlar ações corretivas e melhorias, sendo aplicável tanto a processos estratégicos de alto nível quanto a atividades operacionais simples.

No que se refere ao processo organizacional, à gestão de projetos, às teorias da administração, à sustentabilidade pública e à gestão estratégica do Poder Judiciário estabelecida pela Resolução CNJ n.º 325/2020, julgue os itens que se seguem.

- 45** A gestão estratégica do Poder Judiciário visa aprimorar a governança judicial, de forma a garantir maior eficiência, transparência e alinhamento das ações dos tribunais às necessidades da sociedade.
- 46** O planejamento estratégico é um processo contínuo e dinâmico que envolve a definição de objetivos organizacionais de longo prazo e a análise dos ambientes interno e externo, sendo desenvolvido apenas pelo nível operacional da organização.
- 47** Para garantir a consecução dos objetivos organizacionais, o processo de controle envolve a comparação dos resultados alcançados com os resultados esperados, ação que possibilita a realização de ajustes contínuos nas ações da organização.
- 48** A elaboração, a análise, a avaliação e o gerenciamento de projetos são etapas fundamentais da gestão de projetos para que os objetivos propostos sejam realizados de acordo com o prazo, o orçamento e os recursos disponíveis.
- 49** No contexto dos tribunais regionais do trabalho, a sustentabilidade pública pode ser atendida por meio da adoção de práticas e políticas que promovam o uso eficiente dos recursos públicos e de critérios socioambientais nas contratações formalizadas.
- 50** Eficiência operacional, organização formal e bem-estar dos funcionários são algumas das contribuições da teoria clássica da administração para a administração pública.

Espaço livre

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

A respeito dos fundamentos históricos e teórico-metodológicos do serviço social, julgue os itens subsequentes.

- 51** Atualmente, o pensamento hegemônico no serviço social mundial tem sido majoritariamente pautado por concepções e diretrizes veiculadas por organismos multilaterais.
- 52** O serviço social crítico contemporâneo tem sua gênese no serviço social radical de inspiração marxista, formulado a partir da década de 70 do século XX.
- 53** As diversidades existentes no serviço social ao redor do globo resultam de iniciativas de assistentes sociais na institucionalização e no desenvolvimento do serviço social nos respectivos países.
- 54** A institucionalização do serviço social diz respeito ao surgimento da profissão no contexto da especialização do trabalho e da sua divisão sociotécnica.
- 55** A produção do serviço social crítico e radical no atual cenário mundial tem como características a negação do serviço social tradicional e conservador, a crítica ao positivismo e a defesa das lutas identitárias.
- 56** O trabalho do assistente social se efetiva em condições peculiares, concretizando a dinâmica das relações sociais vigentes na conjuntura histórica em que se insere.
- 57** O pensamento conservador no serviço social tem como expressões a matriz marxista em suas abordagens funcionalistas, o pragmatismo e o interacionismo simbólico.
- 58** A matriz estruturalista que atua como base doutrinária para o serviço social é embasada na teoria social de Durkheim.

Considerando a formulação de projetos de intervenção, bem como os instrumentos e as técnicas do serviço social, julgue os itens a seguir.

- 59** As ações profissionais do assistente social têm ampla abrangência e expressam o seu fazer profissional, que inclui orientar, encaminhar, avaliar, estudar e planejar, além de outras ações previstas na legislação profissional como suas competências e atribuições.
- 60** Uma vez que a sociedade atual se caracteriza pela concentração e pela distribuição desigual dos meios de produção e da riqueza, os processos de planejamento participativo tendem a ser democráticos e centralizados na agenda de governo.
- 61** O exercício profissional do assistente social se expressa em dimensões interventivas, formativas e investigativas, e a efetivação de cada uma dessas expressões do exercício profissional é constituída pelas ações teosóficas e sociais.

A respeito da pesquisa social e do planejamento e da avaliação de projetos e programas, julgue os itens seguintes.

- 62** Nos últimos anos, houve um recrudescimento na área da avaliação de programas e serviços sociais, sobretudo por meio da revogação de um conjunto de aparatos legislativos no campo da assistência social.
- 63** É possível descrever dados de uma pesquisa social a partir de um esquema de análise, o qual, por sua vez, reflete uma posição de neutralidade.
- 64** A avaliação de programas e projetos sociais é, tanto para os governantes quanto para o conjunto da sociedade civil, um importante instrumento democrático de controle da gestão pública no que concerne aos recursos e às ações do Estado.
- 65** No âmbito de uma pesquisa social, é na etapa final do processo de investigação que o pesquisador dá início à análise e à interpretação das informações coletadas.

No que se refere à dimensão técnico-operativa do serviço social, julgue os próximos itens.

- 66** A finalidade e a direção social para as quais um instrumento tenha sido desenvolvido, bem como o contexto histórico no qual sua formulação tenha se inserido, são dele definidores, inviabilizando o seu emprego em outro contexto histórico ou com outra finalidade.
- 67** A dimensão técnico-operativa e o seu instrumental são elementos que efetivam tanto as finalidades quanto a direção social das ações predefinidas pelos profissionais de serviço social.
- 68** A dimensão técnico-operativa do serviço social se circunscreve à utilização de instrumentos e técnicas pelo assistente social.
- 69** Ao assistente social é necessária a compreensão da intervenção como algo que extrapola o simples manejo dos instrumentos e técnicas usualmente empregados em seu trabalho.
- 70** A dimensão técnico-operativa do serviço social, por mobilizar demandas ético-políticas da sociedade, se sobrepõe às demais dimensões do exercício profissional do assistente social.

Acerca do estudo social e da perícia social, julgue os itens subsequentes.

- 71** O relatório social, o laudo social e o parecer social, quando utilizados como provas para compor os autos de um processo judicial, transfiguram-se em instrumentos de poder.
- 72** O perito dedica-se ao estudo, à investigação, ao exame ou à vistoria de uma situação processual, com o objetivo de oferecer subsídios técnico-científicos que possibilitem ao magistrado a aplicação da lei com maior segurança, reduzindo-se a possibilidade da prática de erros ou de injustiças.
- 73** O serviço social crítico tem como base a metodologia operacional do serviço social de casos individuais, desdobrada originariamente nas etapas de estudo, diagnóstico e tratamento, ou investigação, diagnóstico e intervenção.
- 74** O estudo social é um suporte essencial à aplicação das medidas judiciais constantes do Estatuto da Criança e do Adolescente e da legislação civil referente à família, bem como de outras legislações de conteúdo social afeitas à proteção de direitos.
- 75** O modelo de abordagem individual, em especial as etapas metodológicas/operativas de investigação e diagnóstico contempladas pelo estudo social, direcionou o trabalho do assistente social na instituição judiciária ao longo de sua história.

Espaço livre

Julgue os próximos itens, relativos a políticas e programas sociais dirigidos aos segmentos de crianças, adolescentes, jovens, idosos, mulheres, afrodescendentes, pessoas com deficiência e pessoas vítimas de violência.

- 76** O Programa Acredita no Primeiro Passo visa estimular, por meio do emprego e do empreendedorismo, a qualificação profissional e a colocação dos cidadãos no mercado de trabalho, sendo priorizada a atenção junto a pessoas com deficiência, mulheres, jovens, negros e membros de populações tradicionais e ribeirinhas registrados no CadÚnico.
- 77** Uma das diretrizes do Programa Mulher Viver Sem Violência é o atendimento humanizado e integral às mulheres em situação de violência, respeitado, entre outros, o princípio da não revitimização.
- 78** O Programa Segundo Tempo, norteado pelas diretrizes de promoção da inclusão e de respeito às questões de gênero, orientação sexual, raça, etnia e religião, tem como objetivo a democratização do acesso à prática do esporte, à vivência cultural e ao lazer para crianças, adolescentes, pessoas com deficiência e pessoas idosas em situação de vulnerabilidade social, independentemente de vínculo escolar ativo.

A respeito das políticas de saúde, de assistência social e de previdência social, julgue os itens que se seguem.

- 79** As cozinhas solidárias, no escopo do programa federal Cozinha Solidária, vinculado à política de assistência social, são compreendidas como uma tecnologia social de combate à fome, uma vez que ofertam refeições e serviços, preferencialmente, às pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social, incluída a população em situação de rua e em insegurança alimentar e nutricional.
- 80** Os absorventes higiênicos gratuitos para as beneficiárias do Programa Dignidade Menstrual estão contemplados nas indicações do Programa Farmácia Popular do Brasil (PFPPB), do Governo Federal.
- 81** O Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS), enquanto órgão superior de caráter consultivo, tem como uma de suas atribuições a observância das deliberações de políticas aplicáveis à previdência social.

Acerca das concepções e modalidades de família, julgue os itens subsequentes.

- 82** As pessoas solteiras que decidem viver sozinhas e as pessoas não casadas que coabitam não são validadas pelos estudos contemporâneos enquanto concepções de família.
- 83** No Brasil, duas pessoas em união estável e grupos de pessoas categorizados como monoparentais não são configurações reconhecidas como famílias perante a legislação vigente.

No que se refere às formas de expressão e enfrentamento da questão social e às suas relações com o serviço social, julgue os itens subsequentes.

- 84** As expressões da questão social no universo escolar estão correlacionadas à possibilidade de evasão e ao insucesso dos discentes, sobretudo daqueles advindos de camadas socioeconômicas menos favorecidas.
- 85** A compreensão da questão social como uma aporia destaca as tensões existentes entre coesão e fratura social.
- 86** O envelhecimento sem recurso, a desregulação geral dos mercados e a fadiga são exemplos das novas configurações e manifestações da questão social que repercutem no cotidiano da vida social.
- 87** O assistente social, na sua atuação profissional, deve considerar o trato da questão social de maneira dissociada do trato da questão racial.

A respeito do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD), julgue os itens que se seguem.

- 88** O acolhimento de pessoas dependentes de drogas em comunidade terapêutica acolhedora deve ocorrer por adesão e permanência voluntárias, que devem ser formalizadas por escrito e em conjunto com a autodeclaração do estado de saúde, sem a necessidade de avaliação médica prévia.
- 89** A definição de projeto terapêutico individualizado integra as diretrizes que devem guiar as atividades de atenção e reinserção social do usuário de drogas e de seus familiares, devendo ser orientada para a inclusão social e para a redução de riscos e danos sociais e à saúde.

Com base na Lei Maria da Penha (Lei n.º 11.340/2006), julgue os itens seguintes.

- 90** Após a constatação da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, o juiz pode, entre outras medidas protetivas de urgência, determinar que o agressor frequente programas de recuperação e reeducação e inicie acompanhamento psicossocial.
- 91** Após o registro da ocorrência de um caso de violência doméstica e familiar contra a mulher, é prerrogativa da autoridade policial a deliberação sobre a necessidade de oitiva do agressor e das testemunhas elencadas.

De acordo com o Estatuto da Pessoa Idosa (Lei n.º 10.741/2003), julgue os próximos itens.

- 92** As entidades de atendimento às pessoas idosas devem assegurar a assistência religiosa de modo ecumênico e igualitário a todos os domiciliados.
- 93** As condições intelectuais e psíquicas da pessoa idosa, no exercício de uma atividade profissional, devem ser respeitadas.

Com base no Decreto n.º 3.298/1999, que dispõe sobre a integração da pessoa com deficiência no Brasil, julgue os itens a seguir.

- 94** O cunho assistencialista é intrínseco ao atendimento integral e efetivo da pessoa com deficiência.
- 95** Os órgãos e as entidades da administração pública federal direta e indireta responsáveis pela cultura devem incentivar o exercício de atividades criativas, mediante exposições, publicações e representações artísticas de pessoas com deficiência.

Acerca da Política Nacional de Saúde Mental, julgue os itens subsequentes.

- 96** Incorporar a equidade racial nos parâmetros orientadores das ações de saúde mental é essencial, uma vez que o racismo afeta diretamente a saúde mental das populações negras.
- 97** A política de saúde mental iniciada no Brasil na década de 80 do século XX, referência no contexto internacional, resultou em melhorias significativas de acessibilidade e elevou a qualidade dos cuidados em saúde mental.
- 98** A primazia do cuidado em liberdade e o suporte aos territórios, em conjunto com a promoção dos direitos humanos e o reordenamento dos espaços sociais para as pessoas com sofrimento psíquico ou transtorno mental, direcionam a Política Nacional de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas (PNSMAD) no Sistema Único de Saúde (SUS).

Julgue os próximos itens, relativos ao Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH).

- 99** O livro **Ainda Estou Aqui**, de Marcelo Rubens Paiva, e o filme brasileiro homônimo podem ser considerados expressões artísticas ou culturais ilustrativas do eixo orientador denominado Direito à Memória e à Verdade.
- 100** A integração e a difusão dos sistemas de informações em direitos humanos e o estabelecimento de estratégias de avaliação e monitoramento de seu cumprimento integram as diretrizes do eixo orientador denominado Desenvolvimento e Direitos Humanos.

Com base na Resolução n.º 207/2015 do CNJ, que instituiu a Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário, julgue os itens seguintes.

- 101** A perícia oficial em saúde contempla as ações médicas e odontológicas e seu objetivo é avaliar o estado de saúde dos servidores para o desempenho das suas atividades laborais.
- 102** A Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário é orientada, entre outros princípios, pela abordagem biopsicossocial do processo saúde/doença.
- 103** A realização de exames médicos periódicos tem como objetivo a preservação da saúde dos servidores, sendo a recusa vedada ao servidor.

À luz do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei n.º 13.146/2015), julgue os itens subsequentes.

- 104** A existência de deficiência não obsta a capacidade civil da pessoa para exercer seu direito à guarda, à tutela, à curatela e à adoção.
- 105** Considera-se atendente pessoal a pessoa que assiste à pessoa com deficiência em suas atividades diárias e presta serviços equiparados aos do auxiliar de enfermagem.
- 106** É denominada pessoa com mobilidade reduzida aquela que tenha dificuldade de movimentação permanente ou temporária, reduzindo-se efetivamente a sua mobilidade, flexibilidade, coordenação motora ou percepção.

À luz da Resolução n.º 401/2021 do CNJ, que dispõe sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares, bem como regulamenta o funcionamento de unidades de acessibilidade e inclusão, julgue os próximos itens.

- 107** A administração pública deve destinar parte das vagas disponíveis em seus estacionamentos internos para pessoas com deficiência que tenham limitação de mobilidade, preferencialmente em áreas mais próximas aos acessos à edificação, assegurando, pelo menos, uma vaga adequadamente sinalizada.
- 108** A pessoa com deficiência e seu acompanhante têm direito a receber atendimento prioritário no que se refere a proteção e socorro, em quaisquer circunstâncias.
- 109** Devem ser tramitados com prioridade os processos e procedimentos judiciais em que a pessoa com deficiência ou o seu acompanhante figurar como parte interessada.
- 110** No caso de servidor com deficiência grave e permanente, a periodicidade da avaliação biopsicossocial deve ser estendida para dez anos.
- 111** A avaliação biopsicossocial da deficiência de servidores e magistrados do Poder Judiciário é realizada uma vez ao ano por um integrante da equipe interdisciplinar e a cada cinco pela equipe multiprofissional.

De acordo com a Resolução n.º 308/2021 do CSJT, que dispõe sobre as condições especiais de trabalho para fins de tratamento ou de acompanhamento de tratamento de filho(a) ou dependente legal de magistrados e servidores da justiça do trabalho de primeiro e segundo graus, julgue os itens que se seguem.

- 112** Consideram-se dependentes legais aqueles que estejam registrados nos assentamentos funcionais do servidor, de acordo com o regulamento específico do respectivo tribunal.
- 113** O ato concessório de horário especial pode ser revogado pela equipe de avaliação multiprofissional caso seja constatada a sua utilização para fim diverso do autorizado pela norma.
- 114** O servidor que tiver filhos com deficiência poderá ter a jornada de trabalho reduzida em até 70% mantendo esse horário até que as condições de deficiência sejam totalmente cessadas.
- 115** O servidor deve, a fim de manter as condições especiais de trabalho que lhe tenham sido concedidas, apresentar anualmente laudo médico que confirme a continuidade da situação que motivou a concessão das referidas condições.

Julgue os itens seguintes de acordo com a Resolução n.º 343/2020 do CNJ, que institui condições especiais de trabalho para magistrados e servidores com deficiência, necessidades especiais ou doença grave, ou que sejam pais ou responsáveis de dependentes nessa mesma condição.

- 116** Os tribunais somente podem conceder uma das modalidades de condição especial de trabalho por vez, de acordo com o requerimento do servidor.
- 117** Ao servidor que tenha filho com deficiência é permitido exercer suas funções em teletrabalho subsidiado pelo tribunal, desde que haja acréscimo de produtividade.

Com base na Lei n.º 12.746/2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA), julgue os itens a seguir.

- 118** O símbolo nacional da conscientização sobre o transtorno do espectro autista é a fita com desenhos de girassóis, que deve ser adotada por estabelecimentos públicos e privados para fins de identificação da prioridade devida à pessoa com TEA.
- 119** Considera-se pessoa com TEA o indivíduo portador de síndrome clínica caracterizada por excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; por interesses restritos e fixos; e por padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns.
- 120** A carteira de identificação da pessoa com transtorno do espectro autista (CIPTEA) tem como objetivo assegurar aos indivíduos com TEA atendimento integral e prioritário no acesso a serviços públicos e privados, principalmente nos setores de saúde, educação e assistência social.

Espaço livre